

DAMÃO: A MISERICÓRDIA E A CIDADE ATRAVÉS DAS PLANTAS E DA DOCUMENTAÇÃO

por

CARLA ALFERES PINTO *

Completam-se agora cem anos sobre a data em que António Francisco Moniz iniciou a publicação da sua monografia em 4 volumes sobre a cidade e território de Damão. Desde então, muitas foram as alterações políticas, históricas, sociais e económicas vividas naquele pacato território; naturalmente maiores nestes últimos 100 anos do que nos 300 anteriores de presença portuguesa.

No entanto, como já então, não têm sido muitos os estudos produzidos sobre esta tão interessante cidade. Com efeito, na introdução do 1.º volume do seu *Notícias e Documentos para a História de Damão, Antiga Provincia do Norte*, queixava-se o autor da inexistência de uma publicação que abordasse o tema que então se propunha, o que muita estranheza lhe causava, face ao crescente interesse que as outras cidades portuguesas na Índia de então suscitavam.

A monografia de Moniz é ainda hoje a base fundamental para os estudos sobre a antiga cidade portuguesa da costa do Guzarate, nomeadamente porque esta não voltou a ser alvo de um trabalho autónomo ou parcial que ultrapassasse a informação e documentação fornecida pelo autor damanense. Uma das razões para a exiguidade dos capítulos (e repetição da informação) e para a ausência de novos estudos no que diz respeito a Damão, é a inexistência (não catalogação e difícil acesso, mais provavelmente) de documentação escrita sobre a cidade. Este aspecto torna-se ainda mais

* Bolseira da Fundação Oriente e investigadora do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O tema desenvolvido neste artigo faz parte do projecto de investigação sobre *As Misericórdias na Índia Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, patrocinado pela Fundação Oriente, sob a orientação do Professor Doutor Rafael Moreira.

visível quando o objecto de estudo é a Misericórdia, incidindo na sua vertente artística, e não assistencial ou social ¹.

A fundação de Misericórdias, acompanhando a instalação das comunidades de portugueses nas áreas de expansão, era uma constante quase inevitável, independentemente da importância ou riqueza das praças conquistadas (e até do tempo que permaneciam efectivamente sob o jugo português), fazendo juz à anedota publicada por Ferreira Martins num dos seus estudos segundo a qual: «Quando dois portugueses se encontravam davam um abraço, quando eram três faziam uma pândega, se se encontravam quatro fundavam uma Misericórdia.»

Damão não foi excepção, e embora desconheçamos as datas originais ou até qual o verdadeiro alcance da expressão «Misericórdia» – se se trata de uma igreja, de um equipamento assistencial, de uma casa da Misericórdia ² – na documentação escrita ou iconográfica, esta instituição acompanhou desde cedo os sucessos e angústias da praça portuguesa.

As dúvidas e incertezas sobre a Misericórdia são, portanto, em maior número, que os dados concretos. A este facto não é alheia alguma especificidade da história damanense: para começar, o porquê e a forma como a cidade foi conquistada e depois o papel económico e social que desempenhava no conjunto do Estado Português da Índia. Com efeito, acompanhada por várias peripécias e episódios diplomático-militares, Damão foi primeiro cedida – pelo reino de Cambaia em 1534 –, e depois ocupada – por D. Constantino de Bragança a 2 de Fevereiro de 1559, dia de Nossa Senhora da Purificação ³ – para garantir a segurança de Baçaim e do comércio para Norte. Nem assim a paz se instalou no território e a cidade foi, ao longo dos anos, alvo de ataques e tentativas de conquista por parte dos diferentes poderes autóctones ⁴.

¹ Veja-se a este propósito o recente estudo de Isabel dos Guimarães Sá sobre as Misericórdias no Império Português onde, não obstante a quantidade de documentação citada e trabalhada, Damão não vem sequer mencionada nos quadros. SÁ, *As Misericórdias no Império Português (1500-1800)*, 2000, p. 103. Esta autora tem vindo a produzir uma série de trabalhos que muito contribuem para o entendimento da instituição Misericórdia no Oriente: SÁ, Isabel dos Guimarães, 1997 – *Quando o rico se faz pobre: «Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800»*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 149-211; 1998, «As Misericórdias», in *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 360-368, e vol. 2, pp. 350-360 (direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri).

² Sobre este assunto e as suas implicações veja-se MOREIRA, *As Misericórdias: um património artístico da humanidade*, 2000, pp. 134-164.

³ Que deu o nome à cidade: Cidade de Nossa Senhora da Purificação de Damão. MONIZ, *Notícias e Documentos para a História de Damão, Antiga Província do Norte, 1900-1917*, vol. 2, p. 58. Quase 500 anos depois o dia 2 de Fevereiro continua a ser a data da grande festa de Damão.

⁴ MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 1, pp. 11-29; LEÃO, *A Província do Norte do Estado da Índia*, 1996, pp. 116-120; CHOUKROUN, *Damão: A Fortaleza e o seu Distrito*, 1999, pp. 124-137.

Os portugueses instalaram-se então junto à primitiva fortaleza muçulmana onde D. Constantino de Bragança mandou consagrar a mesquita e aí celebrar a primeira missa no novo território sob dominação portuguesa. Esta ficou a cargo da única pessoa «capaz» em toda a expedição, o jesuíta D. Gonçalo da Silveira que recebeu, também, espaço para a construção da primeira igreja e colégio da praça. Na fortaleza ficou igualmente reservado o local de residência do governador e a sua capela, a feitoria e a cadeia.

Quando de regresso a Goa deixou Diogo de Noronha como governador da cidade, o vice-rei havia lançado os fundamentos da administração pública e económica, estabelecendo um corpo de funcionários e o governo, criando a alfândega e aforando as terras em redor da praça. Lançou, assim, as bases daquele que viria a ser o principal papel da cidade: abastecer géneros às restantes praças portuguesas na Índia, mas principalmente garantir «ao Estado rendas fixas – de origem fundiária – que lhe permitissem sustentar regularmente a administração, independentemente dos sempre aleatórios lucros do comércio»⁵.

D. Constantino de Bragança deixou também os planos para a construção da nova cidade.

Um dos aspectos determinantes para a construção desta nova cidade foi a edificação de uma muralha, que logo em 1559, e sob a enorme pressão exercida pelos Abissínios que tinham sido expulsos da sua fortaleza, se mandou erguer sob a forma de paliçadas⁶ e que iria (pelo moroso processo de construção) servir como espelho das dificuldades que a cidade desde cedo viveu e (depois de substituída por panos de pedra) condicionar o crescimento e vivência de Damão Grande⁷.

Com efeito, vinte e dois anos mais tarde, em 1581, aquando do famoso cerco de seis meses à cidade e que granjeou fama de coragem e valentia aos habitantes de Damão, esta era ainda descrita como «aberta em muitos lados»⁸. Até cerca de 1611, são vários os documentos de origem real que, por um lado, ordenam a mobilização de todos os pedreiros da região para a construção do muro e, por outro, criam mecanismos financeiros – impostos ou parte do lucro no comércio de viagens – no sentido de completar tão urgente desígnio⁹.

⁵ THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, 1994, p. 215.

⁶ CHOUKROUN, *Damão: A Fortaleza e o seu Distrito*, 1999, p. 134. Em 1565 é esta, ainda, a descrição que Diogo do Couto nos dá na *VIII Década*, no capítulo IV.

⁷ Sobre as origens das designações Damão Grande e Damão Pequeno veja-se *Os Espaços de um Império: Catálogo*, 1999, p. 147. Sobre as definições e implicações dos conceitos de «território» e de «cidade portuguesa» veja-se ROSSA, *Cidades Indo-Portuguesas*, 1997, pp. 16-30. Damão Grande (a sul e muralhada) distingue-se de Damão Pequeno (pré-existente que se estende para Norte por trás do Forte de São Jerónimo). Neste artigo, «Damão» denomina a praça ou Damão Grande salvo referência explícita.

⁸ CHOUKROUN, *Damão: A Fortaleza e o seu Distrito*, 1999, p. 134.

⁹ RIVARA, *Archivo Portuguez-Oriental*, 1992, fasc. 3, doc. 105 e doc. 78; *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, pp. 212-217, ver também as pp. 218-225.

No entanto, este arrasta-se gerando conflitos entre os poderes civil e militar da cidade e os jesuítas, então encarregados da guarda e administração do dinheiro para a construção da fortaleza e que, por volta de 1605, foram acusados de lentidão e má gestão na sua tarefa.

Em 1582 na descrição feita no *Livro das Cidades...*, o autor refere não só os já conhecidos impostos cobrados para a construção da muralha como que esta teria sido começada havia pouco:

«He lugar raso sem muro nem cerca alguma. Sómente tem huma fortaleza pequena antiga que foy dos Mouros com quatro baluartes em que pousa o capitão e de poucos annos a esta parte se começou a cercar toda a cidade em roda com muitos baluartes á custa de huma imposição que se pós nas mercadorias de hum por cento, e nos mâtimentos que saem para fora, e correse com esta forteficação com muita breuidade per ordem da camara da cidade.»¹⁰

Em 1610, data da mais antiga planta desta praça que se conhece, Manuel Godinho de Herédia apresenta já os dez baluartes que caracterizam a fortaleza, mas um deles não tem o desenho ainda bem definido¹¹. Aliás, o autor como que nos apresenta as duas soluções possíveis para o ângulo que trata, à imagem da forma dos restantes baluartes. Esta planta permite-nos ainda perceber mais duas coisas: que a cidade é planeada com a construção da muralha seguindo uma malha ortogonal e racionalizada¹² e que a Misericórdia ocupava já o seu quarteirão, sendo das poucas construções não militares aqui nomeadas; é designada pela letra «P», isto é, o quarteirão mais próximo da torre oeste da primitiva fortaleza muçulmana.

A referência documental mais antiga que temos sobre a Misericórdia de Damão diz respeito ao *Regimento das Fortalezas*, de 6 de Abril de 1566 (f.º 129), onze anos depois da ocupação da cidade. Este texto dá-nos também a primeira pista concreta sobre a natureza da Misericórdia damanense; diz-nos o cronista que:

«A caza da st.^a Mya da dita Cidade [...] Pera a despeza do hospital delrey meu sor. da dita fortz.^a se dara [...] por mez p.^a a cura dos doentes

¹⁰ *Livro das Cidades, e Fortalezas, qve a Coroa de Portvgal tem nas Partes da India, e das Capitánias, e mais Cargos qve Nelas ha, e da Importancia Delles*, edição de Francisco Paulo Mendes da Luz, 1960, Centro de Estudos Ultramarinos, ff.º 26-26 v.º

¹¹ «Plantas das Praças das Conquistas de Portugal Feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizorey da India. Por Manoel Godinho de Eredia Cosmographo em 610». O atlas original está hoje na secção de estampas da Biblioteca do Rio de Janeiro com a cota 3-1-33. Este exemplar está reproduzido fotograficamente no Arquivo Histórico Militar com a seguinte cota: 3.^a Divisão, 47.^a secção, n.º 3730, AV2. Esta planta corresponde ao n.º 552 do livro de Luís da SILVEIRA, 1957, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, vol. III, p. 340 (a partir desta nota este título será indicado como SILVEIRA, 1957, vol. III).

¹² Sobre este assunto veja-se o trabalho criterioso e sistematizador de ROSSA, *Cidades Indo-Portuguesas*, 1997, pp. 78-79.

e sua comedia delles, en pera pagamto. do fizico, e sorurgião, e botica, e outros officiaes, e servidores da caza, o qual o feitor da dita fortz.^a o hira entregando ao Prouedor, e Irmãos da casa da Sancta Mya da dita Cidade como administradores do dito hospital.»¹³

Ou seja, existiria uma «casa», provavelmente a provedoria anexa à igreja e um hospital administrado pela Misericórdia. Estes dados mostram a vitalidade da instituição, que respondia às necessidades dos seus habitantes portugueses, apesar das carências de ordem financeira que desde cedo se fizeram sentir. A sua fundação ter-se-á, pois, dado pouco após 1560.

O vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) foi fértil em acontecimentos determinantes para a história de Damão. Começou então o processo de concessão dos mesmos privilégios da cidade de Évora, continuado pelo vice-rei D. Luís de Ataíde (1576-1581) e confirmados em 1611 por Carta Régia¹⁴. Foi também D. Antão de Noronha quem deu Regimento à fortaleza e quem regulamentou o serviço militar dos foreiros da cidade, obrigando-os a «deterem armas, e caualos arabios» para pronta defesa da cidade sempre que necessário¹⁵. Esta característica é uma das chaves para o sucesso na defesa e manutenção da cidade durante os primeiros anos de domínio português, face aos constantes ataques dos povos vizinhos. Será também um dos exemplos apresentados para justificar a perda de importância da cidade quando a decadência se começava a instalar serena mas perenemente¹⁶.

A planta seguinte que apresenta a praça é também da autoria de Herédia, tendo sido publicada em 1666 na *Ásia Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa¹⁷. Essa gravura data de cerca de 1620 e retoma as cartas com fortalezas anteriores, ainda que a qualidade das mesmas seja desigual, nomeadamente no caso da imagem de Damão que se apresenta demasiado esquemática e crua, alterando o ponto da tomada de vista e não mantendo as hesitações no desenho dos baluartes, sem que a definição das formas da fortaleza ganhe muito com isso face à quase puerilidade do desenho. Disto é exemplo, mais uma vez, o quarteirão da Misericórdia, cujo nome está grosseiramente gravado num dos blocos incaracteristicamente representados através da frontaria de uma série de casas, e que nos revela a sua posição dentro

¹³ *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 306.

¹⁴ PATO, *Documentos Remettidos da Índia...*, 1880-1885, vol. II, p. 28; *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 6.

¹⁵ *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 210.

¹⁶ De que o documento transcrito in *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 226 dá conta em data tão recuada quanto 1615, 56 anos após a posse da cidade. Ver também pp. 230-234.

¹⁷ «Plantaforma de la Fortaleza de Daman», no *Livro de Plantaformas das Fortalezas da Índia*, com 22 plantas e que se guarda no Forte de São Julião da Barra. Corresponde ao n.º 556 de SILVEIRA, 1957, vol. III, p. 341.

da estrutura urbana: à sombra da antiga fortaleza muçulmana adaptada a Palácio do Governador, mostrando a proximidade da irmandade com o poder civil.

Em 1614 – em pleno período de luta com os mongóis –, o engenheiro-militar Júlio Simão iniciou a construção do Forte de São Jerónimo na outra margem do rio Damangangá¹⁸ com o objectivo de completar a defesa da cidade e da foz do rio. Estes trabalhos prolongam-se por treze anos, como indica a inscrição colocada do lado esquerdo da porta; em 1635 os baluartes da praça ainda não estavam terminados. «Nesta data, estando em construção o de São Francisco Xavier, muito perto do rio, foi preciso escavar por baixo para substituir a areia – que não tinha consistência para suportar as paredes – por terra. Na mesma ocasião, tomou-se a decisão de cavar um fosso em redor da cidade.»¹⁹

Uma carta de 14 de Fevereiro de 1615 escrita em Lisboa pelo arcebispo Dom Estevão de Faro, dá-nos conta dos confrontos de poder em torno dos gastos com as obras da fortaleza, em termos que permitem datar a construção ou ampliação da Misericórdia:

«Per carta de vinta [sic] quatro de dezembro de seiscentos e treze dizeis que mandei applicar pera as obras da fortaleza de Damão oito mil pardaus, com os quaes e as imposições que aquella cidade poz sobre si, se continuava com ellas; e que succedendo a jornada que o viso-rey Dom Martim Afonso de Castro fez ao Sul, por respeito de se poder aviar pera ella, e haver falta de rendimento n’aquelle Estado, suspendeu o pagamento dos ditos oito mil pardaus; e como aquella cidade viu que lhe não acudia com elles, houve que podiam tambem deixar de o fazer com a imposição, entendendo que pois lhe faltavam com este dinheiro, que era contrato para ambas as partes o cumprir, trataram em outras obras do bem publico da cidade, como foi a casa da Misericordia, e ajuda que deram pera as de alguns conventos e igreja matriz, [...]»²⁰

Em 1632, o vice-rei Conde de Linhares recebeu um pedido do rei Filipe III de Portugal para que lhe enviasse as descrições das várias fortalezas e locais do Estado da Índia. António Bocarro é então encarregado da tarefa que terminou por volta de 1635 e que foi completada com uma série de plantas

¹⁸ Na documentação portuguesa o rio é normalmente nomeado Sandalcalo. O autor da monografia sobre Damão apresenta uma explicação para tal facto e introduz um outro nome: «O rio que banha Damão tem o mesmo nome que a cidade: “Foi Pedro Paulo Pinto, natural de Candolim de Goa, tenente e secretário do prefeito Peres, quando êste esteve refugiado em Damão, que primeiro deu o nome Sandalcálo ao rio de Damão”», MONIZ, *Notícias e Documentos* ..., 1900-1917, vol. 1, p. 12 e p. 12, nota 1.

¹⁹ CHOUKROUN, *Damão: A Fortaleza e o seu Distrito*, 1999, p. 134; BOCARRO, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, 1992, vol. 2, p. 85.

²⁰ In PATO, *Documentos Remettidos da Índia...*, 1880-1885, vol. 3, p. 213.

pintadas por Pedro Barreto de Resende ²¹. No referido texto Bocarro dá-nos a descreve a muralha, mencionando que os muros e/ou os baluartes ainda não estavam todos concluídos.

Mais à frente confirma os dados que o *Livro* de 1582 já nos fornecera, esclarecendo as dúvidas sobre o edifício a que correspondia a Santa Casa:

«E, no tocante ao eccleziastico, [...] ha..., huma Igreja de Sancta Caza da Mizericordia, com seus capelões...»

– pormenorizando as receitas da Casa da Misericórdia e do Hospital que esta regia –

«Pagão-ce em cada hum anno a Sancta Caza de Mizericordia desta cidade seiscentos pardaos de larins da moeda corrente desta cidade o pardao, a rezão de sincoenta pardaos por mes, da valia de des candis de arros, pera esmolos de veuvas e pobres dezemparados. Pagão-ce em cada hum anno a dita Sancta Caza da Mizericordia mil cento vinte e oito pardaos e dous larins da dita moeda corrente, da ordinaria do Hospital Real.» ²²

Quanto às plantas de Damão, verifica-se que estas são demasiado esquemáticas, como se o autor as tivesse feito através da descrição escrita ou oral acentuando a fortaleza de origem muçulmana no centro e a divisão racional dos quarteirões, a largura das ruas que se cruzam em linhas paralelas e perpendiculares, os edifícios religiosos mais emblemáticos, mas sem rigor cartográfico ou sequer iconográfico, como é notório no exemplar de Évora que apresenta onze baluartes ao invés dos dez que o texto descreve e as plantas até então conhecidas mostravam.

Ainda com estas mesmas características, existe na Biblioteca do Paço de Vila Viçosa – Fundação da Casa de Bragança uma série de desenhos aguarelados onde o desenho da praça de Damão repete o «erro» do original de Évora ²³.

²¹ *Livro das Plantas de todas as Fortalezas Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Desta obra fizeram-se duas vias: uma está actualmente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, N.º Inv. CXV-2-1 (com 48 plantas publicadas no vol. 4 in BOCARRO, António, 1992 que corresponde ao n.º 510 de SILVEIRA, 1957, vol. III, p. 340) e a outra, na Biblioteca Nacional de Paris (publicadas a p/b in *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2). A partir destes livros, foram feitas cópias ou adaptações: é o caso do exemplar da Biblioteca Nacional de Madrid feito por João Teixeira Albernaz I; o dos Arquivos Governamentais de Ceilão, por um autor de identidade ainda desconhecida; o Atlas de 1663, da Biblioteca da Ajuda, com plantas de João Nunes Tinoco; um exemplar de 1646, no Museu Britânico de Londres.

²² BOCARRO, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas...*, 1992, vol. 2, p. 87 e p. 90.

²³ *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, 1633-c. 1641 com a cota: Cód. n.º 1471. Corresponde ao N.º 555 de SILVEIRA, 1957, vol. III, pp. 340-341. Publicado in Luís da SILVEIRA, 1991, *Livro das plantas das fortalezas das cidades e povoações da Índia Oriental*, Lisboa, IICT.

Por fim, o Atlas do cosmógrafo-mor do Reino, António de Mariz Carneiro, e que se baseou também no trabalho de 1635 de Pedro Barreto de Resende para fazer o seu *Livro das Plantas*, usando provavelmente o exemplar de Évora como modelo, uma vez que coloca onze baluartes na muralha de Damão²⁴, e copiando ou resumindo as palavras originais de Bocarro nos pequenos textos com que acompanha os desenhos. Estes últimos sofreram algumas variantes que nada devem à realidade, mas sim ao gosto ou propósitos do autor: uma peça de artilharia nos baluartes, uma bandeira nos mastros das praças, igrejas mais altas e casas em maior quantidade²⁵.

Neste género de plantas, a Misericórdia (ou qualquer outra instituição) não aparece salientada nem mencionada através de uma legenda ou de um ícone, pelo que pouco ajuda a perceber o desenvolvimento ou funcionamento da Santa Casa.

Este tipo de «omissão» verifica-se também na documentação escrita. Disto é exemplo o relato de Manuel Godinho, padre jesuíta que parte a caminho da Índia em 1655 e que, não obstante o interesse da descrição e acutilância das observações na sua *Relação*, não faz qualquer menção à Igreja da Misericórdia nas suas parcas referências a Damão:

«Duas são as igrejas paroquiais, a Sé e outra²⁶; quatro religiões – a de S. Domingos, a de S. Agostinho, a de S. António e da Companhia, cujo reitor é administrador das obras da fortaleza.»²⁷

Só voltamos a ter notícias da mesma em 1673 quando o francês Claude Dellon, homem viajado e habituado ao exotismo e luxo asiáticos, passa pela cidade de Damão e a descreve da seguinte forma, salientando a Igreja da Misericórdia:

«Daman... elle est petite, mais forte et propre; les rues en sont droits, on ne les pave point, afin de marcher plus commodement pendant les pluyes. Toutes les maisons sont bien bâties et les Eglises extrêmement parées, surtout la Paroisse et la Chapelle de la Misericordie.»²⁸

²⁴ *Descriçam da Fortaleza de Sofala, e das mais da India com uma Rellaçam das religiões todas, que há no mesmo Estado, pelo Cosmografo Mor Antonio de Mariz Carneiro, 1639*, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota Cód. Ilu. 149. Está publicado in António de Mariz CARNEIRO, *Descrição da Fortaleza de Sofala e das Mais da Índia*, 1990, Lisboa, Fundação Oriente (edição fac-similada do códice n.º 149 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Nota introdutória de Pedro Dias). Corresponde ao N.º 554 de SILVEIRA, 1957, vol. III, p. 340.

²⁵ CARNEIRO, *Descrição da Fortaleza de Sofala e das Mais da Índia*, 1990, p. 12.

²⁶ O autor referir-se-ia, provavelmente, a Nossa Senhora dos Remédios: «Antes, como hoje, Damão esteve sempre, eclesiasticamente, dividido em 3 paróquias: Sé Matriz, da invocação do Bom Jesus (Praça), de N. S. dos Remédios (Damão Grande) e de N. S. do Mar (Damão Pequeno)», FIGUEIREDO, *Damão*, 1947, n.º 10, p. 346.

²⁷ Cit. in FIGUEIREDO, *Damão*, 1947, n.º 9, pp. 310 e 313.

²⁸ Cit. in *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 3.

Também datadas de finais do século XVII existe uma série de cartas régias que nos dão conta da actividade da Misericórdia de Damão: no primeiro documento datado de 22 de Dezembro de 1694, o rei estende às Misericórdias da costa do Indústão as mercês concedidas às órfãs do Recolhimento de Nossa Senhora da Serra de Goa:

«Hey por bem de declarar que as [órfãs] poderão prover [as mercês] não só das Feytorias, mas tambem de outras capitánias conforme a qualidade de suas pessoas excepto as capitánias de Chaul, Baçây, Mombaça, Dio, Damão, Mousabique e Capitão da cidade de Goa e daquy para baxo as mayores se não dottarão com ellas se não as orphãs de mayor suposição e com esta declaração mando se cumpra...»²⁹

e no segundo, uma carta régia de 20 de Fevereiro de 1688³⁰, o hospital da fortaleza – que a documentação nos diz estar até então sob gestão da Misericórdia³¹ – é confiado aos religiosos de São João de Deus. Contudo, estes só se estabelecem na fortaleza em 1695:

«Em 14. de Março de 695. do gouerno do Conde de Villa Verde quando foy vizitar as terras do Norte, entregou a Casa de Santa Misericordia ao Reverendo Padre Commissario geral Frei Luis da Cunha por ordem do dito Conde Vice Rey o Hospital da Praça de Damão com a roupa, e mais consernente a elle. As rendas que tem o dito Hospital são mil e dusentos reis por anno que Sua Magestade sempre deo ainda quando a dita casa de Santa Misericordia administroua, acrecentando na mesma forma que em Dio, huma praça, e quartel de soldado a Cada Relligiozo que por todos são tres athe quatro, e pello dito Hospital estar em sitio pouco conueniente, e ter huma // Capella muy limitada se mudou junto a Sé para junto ao Pellourinho, [...]»³²

São várias as questões que a leitura deste documento nos suscita. Ficamos a saber que o hospital da Misericórdia de Damão se situava junto à Sé e que o novo se muda para o Pelourinho e que teria pelo menos uma capela interior, de dimensões reduzidas e, provavelmente, muito pobre, uma vez que o documento não salienta objectos artísticos ou alfaias litúrgicas.

²⁹ In MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 2, p. 11.

³⁰ *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 410.

³¹ Veja-se como mais um exemplo o resumo do documento publicado in *Documentos Remetidos da Índia...*, 2000, p. 17: «Em carta de 16 de Março de 1623, o Rei tratava da queixa do provedor da Misericórdia de Damão contra o vice-rei conde de Redondo, por este ter nomeado o escrivão do hospital (o que já fizera o governador Fernão de Albuquerque), cabendo tal decisão, por contrato, à mesma Misericórdia. O Rei relembrou o assunto, ordenando a sua rápida resolução (fl. 15, n.º 8).» Lisboa, 1 de Março de 1625, do «Livro das Monções», n.º 21.

³² *Rellação...*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Cód. 177, ff.º 372-372 v.º Para mais informações sobre o novo hospital ver *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, pp. 410-411.

Ficamos também a saber que, por volta de 1688, a Misericórdia de Damão deixara de ser capaz de acorrer às necessidades hospitalares da cidade, e a pressão da Ordem de São João para aí se instalar era tal que lhe foi confiado um equipamento pré-existente³³. Com efeito, é o próprio documento que no-lo atesta ao descrever como muito precário o estado do hospital; e depois, por esta altura, já as dificuldades financeiras da fortaleza eram inúmeras e a cobrança das rendas da Misericórdia ou a contribuição dos irmãos deveria ser diminuta.

É, contudo, outro documento – sem o ónus do relato panegírico – que nos dá uma versão mais avisada do que realmente se terá passado:

«Porquanto os Religiosos de São João de Deos me pedirão que querião assistir no hospital desta cidade para nelle exercitarem a sua profissão assistindo os enfermos e ser o dito Hospital mantido com as rendas que sua Magestade lhe tem aplicado e por parte da Mesa da Misericórdia que até agora o administraua não se pos duuida algua a se dar o dito Hospital aos ditos Religiozios e ser assym conveniente ao seruiço de sua Magestade ordeno ao Provedor da Misericórdia mande entregar o dito Hospital com tudo aquillo que lhe pertencer aos ditos Religioens tomando delles conta de tudo o de que lhe fizer entrega Damão 14 de Março/ de 1695 Rubrica do Senhor Conde ViceRey. [...] e por as rendas não serem suficientes para abranzerem a sustentação dos ditos Religiosos ordeno ao Feitor desta cidade pague a cada hum dos ditos Religiosos huma Praca de soldado na mesma forma que faz o pagamento aos do 3.º emquanto se lhe não consignão mayores rendas.»³⁴

Ou seja, no mesmo dia do relato hospitalário – 14 de Março de 1695 – o vice-rei confirma que já não é do serviço de Sua Magestade manter a administração do hospital da cidade nas mãos da Misericórdia mas, ao mesmo tempo, não vê inconveniente e ordena que seja a fazenda real a pagar as despesas que a mudança e manutenção do novo hospital exigiam.

Todavia, não se pode deixar de admitir que algum interesse teriam os Hospitalários em instalar-se em Damão e ficar com a administração do hospital local, uma vez que para isso usam uma doação de casas que poderiam utilizar para outra situação.

Por outro lado, a Misericórdia recebe no mesmo ano – a 23 de Março – a autorização para fundar um recolhimento à imagem do da Serra de Goa³⁵.

³³ Na documentação que temos vindo a recolher com vista à prossecução do nosso projecto, é possível verificar que este exemplo não é único. Durante as décadas de 80 e 90 do século XVII os frades hospitalários desenvolveram um esforço considerável para se instalarem, pelo menos, na Província do Norte do Estado da Índia, normalmente à custa de equipamentos da Misericórdia.

³⁴ In *Livro do Norte: do tempo dos senhores Vice Reis Conde de Alvor e Conde de Vila Verde (1686-1696)*, Goa, Arquivo Histórico de Goa, f.º 68 v.º (copiado em 1737).

³⁵ MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 2, p. 12, e *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, p. 412.

O recolhimento, que acarretava também despesas – «e no que respeita ao Património que os ditos Irmãos da Santa Caza de Mya pretendem empregar em bens de Rais pera o sustentação das orfãos e recolhidas do d. recolhimento são trinta mil xes. segundo o que os mesmos Irmaos me escreuem em carta de 25 de Mrco. Deste anno [1708]»³⁶ –, vinha preencher uma óbvia lacuna na cidade – nomeadamente pelo seu carácter bélico – e que as ordens religiosas masculinas teriam maior dificuldade em suprir, ao mesmo tempo que vinha dar consistência à ordem emanada pelo rei em Dezembro de 1694, quando estendera às Misericórdias indostânicas o privilégio da goesa.

Parece que, mais uma vez, a história deste edifício não foi a mais feliz; durante o governo de Sebastião de Azevedo e Brito (1776-1779), que ficou conhecido pelo interesse e cuidado que colocou na recuperação dos edifícios damanenses, e apenas cerca de 81 anos depois do alvará de fundação, já era necessário reedificar o recolhimento:

«Sendo informado que na Praça de Damão havia hum recolhimento das Mulheres o qual achando-o cahido o Govor. Sebastião de Azevedo, e Brito o mandara rehedificar no tempo do seu Governo em beneficio das meninas orphans, viuvias, e mulheres de officiaes, que andvão fora nos embarques»

e em 1782 o então governador da cidade, João Gomes da Costa, recebia instruções de Goa recomendando que:

«examine qual foi o motivo de se extinguir [o recolhimento] procurando concorrer da sua parte para que se renove esta obra tão pia e se continue nele a caridade para as filhas e viuvias dos benemeritos»³⁷.

Não obstante, a situação que a documentação nos mostra não era favorável. Com efeito, o fundo do Recolhimento de Nossa Senhora das Três Necessidades:

«sobre o qual fiz hum exacto exame não tem mais fundo que de 1756, que estão no giro, cujos juros não abrange a pequena despeza de hum sacristão e outras ocurrentes, e não pode tolerar o estabelecer-se elle com este pequeno fundo de Regente da Porteira e de vultos serventes que carecem de sufrível despeza para a sua sustentação»³⁸.

Ou seja, em menos de 100 anos o recolhimento tinha sido instituído e extinto.

³⁶ *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 414.

³⁷ *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV; vol. 2, p. 414.

³⁸ Damão, 12 de Fevereiro de 1786. In *Livro de Damão*, Goa, Arquivo Histórico de Goa, n.º 3, f.º 385. Este fólio refere-se à primeira paginação.

Esta situação não é de todo estranha, se atendermos ao estado de penúria e abandono que se instalava na cidade. As descrições que conhecemos por estes anos são elucidativas do rápido desenrolar dos acontecimentos que conduziriam ao vertiginoso eclipsar de Damão ³⁹.

Mas o mais impressionante é o testemunho do autor das *Noticias do Arcebispo de Goa* em 1726. Depois de fazer uma breve descrição da cidade e das suas instituições, refere a miséria económica, moral e social que se instalava na mesma:

«em outros tempos foy ja mais ricca; e hoje não só experimenta nos cabe daes a penuria de todo este Estado, mas tambem sente a falta de seos moradores, a cuja bizarrria deo na India a fama; o nome de bons caualeiros; tudo desordenado// e atropela a nossa pobreza.// [...] E não falta quem diga que se deminiu muito o respeito desta cidade, com a tal mudança; por que com ella se deraõ seos moradores a tal poltrice; que ja não ha quem tenha cauallo, nem o saiba bem montar; e o que mais he perdendo os inimigos o espanto que lhe cauzaua verem se acometidos de sincoenta caualeiros dos principais de Damaõ acompanhado cada hum de trinta ou mais criados, todos com suas armas, que sem dificuldade faziaõ hum pee de exercito a qualquer rebate que se daua; não hauendo para sahir hoje a elle mais que trinta, ou quarenta caualos ingreas; e estes talvez tão mal ajaezados, que a dous galopes se lhes espedaçõ os arreios não reproou a disposição: digo tão somente o que se pratica, por estar ainda muito fresca na memoria dos homens a referida mudança//» ⁴⁰.

Como o texto facilmente deixa perceber, são inúmeras as razões apontadas para a decadência da cidade. Primeiro, as económicas, com a evidente perda de importância do porto de Damão face à concorrência de Bombaim, e, de não menor importância, o abandono das profissões mecânicas que haviam granjeado à cidade meios de subsistência e que agora a deixavam ao desamparo. Depois, as do foro social provocadas pelo não cumprimento do foral da cidade, suas normas e costumes, que conduziram a um desleixo moral e social que muito indigna o religioso.

Aliás, não deixa de ser interessante ser um religioso a apontar como causa da decadência da cidade um dos aspectos que os mesmos mais tinham exigido, ou seja, a restrição à actividade produtora e comercial dos gentios ⁴¹. A população cristã de Damão fora sempre minoritária, mas sempre lhe foram reservadas as actividades mais lucrativas e a capacidade de restringir, através de éditos de pendor religioso, a fixação das populações autóctones.

³⁹ A este propósito vejam-se as descrições de CARERI, Francesco Gemelli, *Giro del Mondo*, 1700, A Napoli, Nella Stamperia di Giuseppe Roselli, vol. III, e de Alexandre Hamilton, citado in *Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Tomo IV, vol. 2, p. 4

⁴⁰ *Noticias do Arcebispo de Goa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, f.º 14-14v.º

⁴¹ CASTELO-BRANCO, *Subsídios para a história económica de Damão no século XVIII*, 1995, p. 97.

O autor do texto faz inclusive menção a este aspecto, não só numerando a reduzida população recenseada como católica, como acentuando o facto de em todo o enorme distrito não haver mais «Igreja, nem cristãos».

A situação não iria melhorar. Em 1739, após a queda de Baçaim, os maratas tentam invadir também Damão. Estes exércitos vitoriosos vão conquistando sucessivamente as fortalezas de Tarapor, Danu, Umbargaum, Calvará e São Gens. Em 1751 a cidade assiste a um dos seus momentos mais graves: a população estava a morrer de fome pois as fazendas que a alimentavam tinham sido tomadas pelos maratas.⁴² Com efeito, após a queda da Província Portuguesa do Norte, a jurisdição de Damão ficara reduzida a 20 aldeias e a produção «dessas aldeias não era suficiente para a manutenção por mais de quatro meses dos habitantes da Praça que tinham de buscar géneros nas terras do marata que punha todas as dificuldades. A situação era tal que tendo falecido muitos oficiais, as suas mulheres tinham de pedir esmola para dar enterramento aos cadáveres pois os soldos eram pequenos e não davam para uma vida decente»⁴³.

Do recolhimento de Damão não há também memória nas plantas. Seja naquela de 1733 impressa no livro de Joseph François Lafitau, *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*⁴⁴ que apresenta um retrato de D. Constantino de Bragança e a praça, demasiado gráfica, com os quarteirões bem delineados e sem qualquer elemento distintivo – chega ao cúmulo de apresentar a primitiva fortaleza muçulmana sem qualquer das construções interiores –, ainda que os edifícios se mostrem mais diferenciados.

Seja na outra, de finais do século XVIII inícios do XIX, que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino e que será «o mais antigo levantamento

⁴² MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 2, p. 44.

⁴³ XAVIER, *A cidade e o porto de Damão nos séculos XVIII e XIX*, 1987, p. 290. Ver também MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 2, p. 86, e LEÃO, *A Província do Norte do Estado da Índia*, 1996, pp. 126-131. A 10 de Junho de 1783 a situação melhora com a cedência de 72 aldeias de Praganá Nagar-Aveli. A esta situação não são alheias, também, as alterações na política imperial do Reino e a perda do poderio naval de Portugal: «Com os meados do século XVIII começa na história de Goa um período novo em muitos aspectos. Começa por se verificar uma mudança na natureza do império oriental português. Na origem, como se sabe, ele mais não era do que uma rede de rotas marítimas, possuindo apenas, como indispensáveis pontos de apoio em terra, alguns pequenos espaços descontínuos, que só tinham razão de ser em função dessa rede. [...] Quando Portugal perdeu a supremacia naval e portanto o senhorio da rede que tecera, as escalas disseminadas pelas suas rotas perderam gradualmente razão de ser: [...] Os outros estabelecimentos, como Diu e Damão, uma vez exaurida a fonte da sua prosperidade, tornaram-se cidades adormecidas, impregnadas dessa atmosfera silenciosa e um pouco nostálgica dos centros moribundos, onde o presente parece estar como que esmagado pelos escombros demasiado abundantes de um passado grandioso.» THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, 1994, p. 259.

⁴⁴ «Don Constantin de Bragance. La Ville de Daman», publicada em Paris na Chez Saugrain Pere. Corresponde ao n.º 557 de SILVEIRA, 1957, vol. III, p. 341.

do traçado urbano de Damão realizado com instrumentos rigorosos de cartografia»⁴⁵.

Esta planta, para além da razão já mencionada, é de extrema utilidade por fazer o registo das plantas dos edifícios, nomeadamente os mais significativos, entre os quais a Misericórdia. A planta é tomada do mar para terra, com a praça à direita, o rio a dividir os dois braços de terra, com o forte de São Jerónimo à esquerda.

Nesta planta do Arquivo Histórico Ultramarino, o quarteirão da Misericórdia apresenta no seu interior um rectângulo no sentido horizontal, sem qualquer outra marcação neste espaço identificado pela cruz latina nomeando a igreja. Com efeito, nem sequer uma incipiente capela-mor aparece representada. A porta da igreja abrir-se-ia para a rua paralela ao baluarte da Madre de Deus.

Na mesma planta aparece ainda um espaço rectangular no sentido vertical, a ocupar o canto inferior esquerdo do quarteirão. Provavelmente a sala de reuniões da Mesa e de Despacho.

A planta levanta problemas, não só porque não aparece nela o Recolhimento da Misericórdia – e o espaço que este ocupava não apresenta qualquer construção –, mas, principalmente, porque as plantas posteriores apresentam o traçado da igreja da Misericórdia de Damão com diferenças de direcção da porta e cabeceira nítidas.

No mesmo Arquivo Histórico Ultramarino, existe uma outra «Planta da Praça de Damão» (sem datação nem autoria) com o n.º de inventário 756 que apresenta uma legenda mais completa, um desenho mais cuidado e os dois equipamentos da Misericórdia que temos vindo a tratar: a igreja com a sua casa e o recolhimento.

Com o n.º 20 aparece então a «Igreja da Misericórdia» agora no sentido vertical, com porta para a rua fronteira à primitiva fortaleza muçulmana; com o n.º 22, o «Recolhimento de N. S. das Necessidades» que ocupa todo o quarteirão que fecha o ângulo da praça formada pela Capela da Mãe de Deus e o Senado, pelo Hospital de São João e pela Sé, em frente ao baluarte de Santo Inácio. Pelo desenho sabemos, também, que o recolhimento tinha uma pequena capela, assinalada com a cruz.

Pelo que atrás ficou dito, é possível que esta planta seja anterior (ou copie outra) a 1782 uma vez que foi nesse ano (na noite de 21 de Abril) que

⁴⁵ «Planta da Praça e Cidade de Damão», s/d., Arquivo Histórico Ultramarino – Cartografia Índia, n.º 720. Foi publicada por Helder CARITA in *Os Espaços de um Império: Catálogo*, 1999, Lisboa, pp. 144-145. A datação aqui apresentada segue o estudo deste autor que a justifica, também, com os seguintes períodos: «Junto à entrada principal da fortaleza, do lado interior, é assinalada a presença de três grandes edifícios referidos como “a Alfândega”. Nas cartas posteriores já não aparecem representados estes edifícios, o que documenta a anterioridade desta carta e o progressivo declínio económico da cidade.» Todavia, estes edifícios aparecem em plantas posteriores, nomeadamente uma datada de 1846 que se encontra na Biblioteca Nacional em Lisboa e de que adiante falaremos.

um temporal medonho assolou a cidade levando à queda do telhado de vários edifícios, nomeadamente, o do Senado, o da Igreja da Misericórdia e o da Igreja de São João de Deus:

«Partida a Armada cuidarey em dar prompta execução a ordem de Vossa Excelência de 10 de Dezembro de 85, em mandar fazer os reparos e Consertos necessarios na Sala do Senado cujo sualho esta todo abatido. Bem entendido não fazendo falta o dinheiro para o pagamento das Tropas, e mais despezas inevitaveis da Fazenda Real.

Igoalmente aplicarey o mesmo cuidado em mandar pôr em sima o tecto da Igreja de São João de Deos, aproveitando de alguns barrotes do outro da de Mizericordia, que não servem para a propria Igreja por esta levar mayor altura e os seus barrotes curtos, asi quebrados quando a tromenta de 21 de Abril de 82, precipitou o seu tecto no chão.//»⁴⁶

Esta carta de Cristóvão de Castro ao vice-rei em Goa é exemplo da situação financeira não só da cidade, mas da própria Misericórdia. A missiva data de 1786, as ordens para iniciar as obras haviam chegado no ano anterior e o desastre tinha já quatro. O governador ainda se sente na necessidade de salientar que as obras só se farão caso o dinheiro não seja necessário para o funcionamento normal da cidade e da sua tropa. Depois, não obstante o problema do tamanho dos barrotes, a anteriormente tão apreciada igreja da Misericórdia é preterida pela, provavelmente ainda recuperável, de São João de Deus.

É mais uma vez a documentação que atesta a insolvência da Santa Casa da Misericórdia de Damão:

«A dita Caza de Mizericordia não possui prezentemente dinheiro algum; porque todo o seu fundo se acabou de extinguir ate o anno de 1777.

Dada pelo Tezoureiro da Santa Caza de Misericordia de Damão aos 7 de Fevereiro de 1786.

Francisco Manoel Alves//»⁴⁷

Ainda que não tenhamos uma data concreta, é natural que a extinção da Misericórdia de Damão date desta altura; a Casa não tinha fundos, a população estava depauperada, a administração da cidade tinha problemas mais graves e urgentes para resolver e onde gastar o seu também parco orçamento.

A planta seguinte que identificámos nos arquivos nacionais mostra a igreja da Misericórdia em ruína. Trata-se de uma planta que se encontra na

⁴⁶ Assinada por Cristóvão de Castro, governador da Praça, a 12 de Fevereiro de 1786 in *Livro de Damão*, Goa, Arquivo Histórico de Goa, n.º 3, f.º 381. Este fólio corresponde à segunda numeração. A primeira carta a fazer o relato deste temporal – 3 de Maio de 1782 – está transcrita in MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 2, pp. 103-104.

⁴⁷ *Livro de Damão*, Goa, Arquivo Histórico de Goa, n.º 3, f.º 386. Este fólio refere-se à primeira paginação.

secção de Iconografia da Biblioteca Nacional em Lisboa, e que vem referida no trabalho de Ayres de Carvalho sobre a série de desenhos da biblioteca ⁴⁸.

A Misericórdia já não aparece mencionada, identificámo-la porque o quarteirão que ocupava continua bem delineado e sem qualquer construção, a não ser aquela dos vestígios que a igreja ainda mostrava – com a sua forma vertical, a abrir a porta para a fortaleza (como atrás vimos na planta do AHU, n.º 756) e agora com uma capela-mor desenhada ⁴⁹ – e que o autor na sua coerência militar deixa a tracejado, em confronto com o traço contínuo dos edifícios ainda existentes.

Em 1892, 50 anos depois, a «Planta Topographica da Cidade e Praça de Damão» de José Maria de Mendonça e Souza Vidigal ⁵⁰, já não tem sequer memória arqueológica da construção da Misericórdia; no seu antigo local aparece agora o «Quartel Militar» com o n.º 18 da legenda.

Esta planta, cuja legenda é das mais completas e que se revela de extrema importância por mostrar o traçado urbano de Damão Pequeno, tem problemas na nomeação dos baluartes, possivelmente devido a alguma gralha de impressão ou, talvez, por desconhecimento.

No entanto, e no que diz respeito à praça, é muito útil porque nomeia as ruas – agora acostumadas ao gosto liberal – e, principalmente, porque quando comparada com as plantas do AHU, n.º 756, e da BNL, D. 155 R. possibilita a compreensão da evolução e reocupação do espaço no interior da muralha, desde o momento em que os edifícios mais emblemáticos se tornam ruínas ⁵¹. Assim, uma comparação das legendas das plantas permite-nos a leitura do seguinte quadro:

⁴⁸ «Carta Topographica da Praça de Damão levantada em 1842 de ordem do Illmo., e Exmo, Sr. Jose Joaquim Gomes de Lima Gor. Geral da India. Pelo 2.º Tenente d'Engenharia Francisco José d'Araujo», 1842-1846, Lisboa, Biblioteca Nacional, D. 155 R. Esta planta tem uma cópia a carvão, provavelmente decalcada, no Centro de Estudos Históricos e Cartografia Antiga com o título «Carta Topographica da Praça de Damão. Copiada e Desenhada no Archivo Militar em Junho de 1856. Pelo 2.º Sargento d'Artilharia Manoel da Cunha Maldonado» «Extrahida em 1868 por A. da Silva Costa» [nota manuscrita acrescentada ao lado da legenda] com a cota Pasta 29-010A. Corresponde ao n.º 558 de SILVEIRA, 1957, vol. III, p. 341, na altura com a cota: Junta de Investigação do Ultramar, Pasta 44, n.º 10.

⁴⁹ Esta planta mostra-se, por fim, a mais útil para estabelecer um paralelo construtivo com as outras igrejas de Misericórdia edificadas em Portugal ou nos espaços do Império. Com efeito, esta igreja enquadra-se na proposta de tipologia recentemente sistematizada e apresentada in MOREIRA, *As Misericórdias: um património artístico da humanidade*, 2000, pp. 158-159.

⁵⁰ Na Sociedade de Geografia de Lisboa, com o n.º de inventário: Cartografia 7-G-2. Corresponde ao N.º 560 de SILVEIRA, 1957, vol. III, p. 342.

⁵¹ Em 1900 o autor do único estudo monográfico dedicado a Damão ainda nos diz: «Os conventos da Misericórdia, de S. Francisco e outros, ha dez anos, tinham os muros para demarcar a sua extensão; hoje o segundo conserva pequenos vestígios, enquanto que o outro está nivelado por completo e do seu material se serviu para a construção do novo e vasto edificio do aquartelamento da força militar do distrito.» In MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. 1, p. 8.

AHU: n.º 756	BNL: D. 155 R.	SGL: 7-G-2
Século XVIII (?)	1842	1892
4. São Francisco	3. São Francisco	4. São Francisco
5. São Miguel	2. São Miguel	3. São Miguel
6. São Martinho	1. São Martinho	2. São Martinho
7. São Sebastião	10. São Sebastião	1. São Sebastião
8. Santo Inácio	9. Santo Inácio	10. São Jorge
9. São Jorge	8. São Jorge	9. São Jorge
10. São Tiago	7. São Tiago	8. São Tiago
11. São Domingos	6. São Domingos	7. São João
12. São Filipe	5. São Filipe	6. São Filipe
13. Madre de Deus	4. Madre de Deus	5. Madre de Deus
14. Armazéns e Fábrica da Pólvora	23. Trem ou depósito do trem de artilharia	–
15. Armazéns de Pólvora e Munições	–	–
18. Sé ou Igreja Matriz	15. Sé	15. Sé Episcopal
19. Colégio São Paulo	– [nomeia a Rua S. Paulo]	–
20. <i>Misericórdia</i>	–	18. <i>Quartel Militar</i>
21. Convento de São Domingos	–	Sem numeração mas com a inscrição sobre o desenho na carta: «Ruínas do convento de S. Domingos»
22. <i>Recolhimento de Nossa Senhora das Necessidades</i>	16. <i>Cadeia Pública</i>	17. <i>Cadeia Civil</i>
23. Capela de Madre de Deus	13. Casa da Câmara Municipal 38. Capela de Nossa Senhora da Saúde	Sem numeração mas com a inscrição sobre o desenho na carta: «Capela». Ao lado está um edifício com a inscrição «Câmara Municipal».
24. Hospital de São João de Deus	14. Convento de São João Baptista, hoje Hospital Militar	16. Hospital Militar
25. Convento de Santo Agostinho	19. Convento de Santo Agostinho, hoje Quartel da Bateria de Artilharia	21. Seminário Diocesano
26. Convento de São Francisco	20. Convento de São Francisco, hoje Quartel da Companhia de Caçadores	Sem numeração mas com a inscrição sobre o desenho na carta: «Ruínas do convento de São Francisco d'Assis»

A planta de Vidigal que está na Sociedade de Geografia, é aquela que mais se assemelha à derradeira planta de Damão da autoria de Luís Benavente ⁵². Esta última, sem legendas, constitui um levantamento precioso feito por um arquitecto onde é possível ver algumas ruínas memoráveis e as novas estruturas – decadentes ou não – que escondiam os edifícios ancestrais. Em ambas, o terreiro que ocupava o espaço em frente da Câmara Municipal é agora um jardim de traço moderno, emblematicamente chamado Infante D. Luís.

A história da cidade de Damão daqui para a frente é de decadência e abandono, em favor do núcleo urbano que se desenvolvia a bom ritmo de Damão Pequeno.

Dos 2524 habitantes registados no interior da muralha em 1745, restavam apenas 385 em 1900 ⁵³. A 5 de Novembro de 1801 haviam chegado a Damão – a pretexto de possíveis ataques franceses – tropas inglesas que vinham ajudar à defesa da cidade. O governador da cidade na altura – Cândido José Mourão Garcês Palha – e grande parte da população discordavam desta ingerência e são vários os testemunhos documentais que dão conta da polémica. Contudo, estes soldados só se retiram em 1808, depois de grande parte deles ter sido dizimada pela doença.

O final do século XIX assistiu também ao apogeu e fim do último fôlego económico de Damão – construído sobre a duvidosa e instável troca de ópio – e à cessação quase total do comércio da cidade. Em cinco anos, o rendimento da alfândega de Damão diminui para menos de metade, e a decadência agrava-se à medida que a prosperidade do porto de Bombaim se afirma ⁵⁴. Esta situação conduz a outros factores de crise, como por exemplo a extinção do arsenal de Damão – 11 de Agosto de 1871 – levando à cessação dos estaleiros, de onde saíram durante anos e anos os inúmeros barcos e navios encomendados na cidade, famosa pela excelente qualidade da madeira de teca.

Em 1892 é o próprio governador da Índia Portuguesa que no seu relatório aponta o estado caótico em que encontrou a cidade e a sua administração. Nessa altura a população de origem europeia era apenas a dos funcionários da administração central e algum clero ⁵⁵.

Apenas oito anos depois, em 1900, António Francisco Moniz escreve na sua obra sobre os ténues vestígios da Misericórdia que já não viu mas que ainda reconheceu, enquanto criança, nas ruínas que lhe apontavam na rua. A memória das acções e invocações da Misericórdia de Damão durou ainda menos do que a dos seus espaços. Com efeito, o autor já não consegue asse-

⁵² «Planta da Cidade de Damão» da década de 1960, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Espólio Luís Benavente, pasta 2156.

⁵³ XAVIER, *A cidade e o porto de Damão nos séculos XVIII e XIX*, 1987, p. 287.

⁵⁴ XAVIER, *A cidade e o porto de Damão nos séculos XVIII e XIX*, 1987, p. 297.

⁵⁵ Cfr. PIMENTEL, *O Districto de Damão: apontamentos d'uma Administração Colonial*, 1892.

gurar com certeza qual o antigo cemitério da instituição, ainda que nos forneça uma derradeira informação que foi omissa em toda a documentação assinalada – o orago da igreja da Misericórdia –, ou seja, Igreja da Madre de Deus, ao que se acrescentou o «Velha» para diferenciar daquela que ainda hoje é visível:

«Vimos em alguns assentos a denominação “Semiterio da Madre de Deus velha”. Não podemos asseverar se este local é o mesmo desta Ermida ou se fazia alguma diferença entre esta e o cemiterio da Egreja da Misericórdia, da mesma invocação talvez, cujos grandes muros tivemos ocasião de vêr quando creança. Cremos, que os cemiterios eram diferentes, pois os *pobres do hospital de Mizericordia* eram enterrados neste local.»⁵⁶

Num texto posterior, de 1923, em que retoma o tema de Damão, fornece mais algumas informações embora, ao contrário do que era seu hábito, não tenha fornecido o local onde as buscou:

«A igreja era sob a invocação da Madre de Deus e sua dimensão 149 x 52 pés. O hospital anexo⁵⁷ com 113 x 82 pés. Tinha o seu cemitério especial e uma rua que se denominava “Rua da Madre de Deus a velha” para diferenciar esta Igreja da Capela da mesma denominação, próxima ao Mosteiro, que é de rara beleza artística nos quadros da vida de Cristo.»⁵⁸

Uma última informação, ainda no estudo de 1900, sobre os altares da igreja da Misericórdia:

«Chegou ao nosso conhecimento a tradição de que os altares desta igreja [o autor refere-se à capela dos Remédios] eram da antiga igreja da Misericórdia. Confrontando varios documentos existentes, viemos à conclusão da falsidade ou inexactidão dela, pois, depois da capela dos Remedios ser igreja, a Misericórdia funcionava com sua confraria. Para a tradição cair de base basta a leitura do documento publicado no nosso vol. II da Historia de Damão a pg. 103, onde consta que a igreja da Misericórdia foi destruída por um temporal na noite de 21-4-1782, isto é, 109 anos mais tarde.»⁵⁹

Com efeito, a documentação diz-nos que o tecto da igreja caiu com o temporal de 1782, mas isto não implica que os altares tenham ficado inutilizados. Sabemos, também, que os barrotes que seguravam a instável estrutura foram utilizados para o mesmo efeito na igreja de São João de Deus, o que poderá indicar que a igreja da Santa Casa estava de facto condenada.

⁵⁶ In MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. iv, p. 172, n. 1.

⁵⁷ Sabemos também pela documentação anteriormente apresentada que o hospital não era anexo à casa da Misericórdia, mas sim junto à Sé.

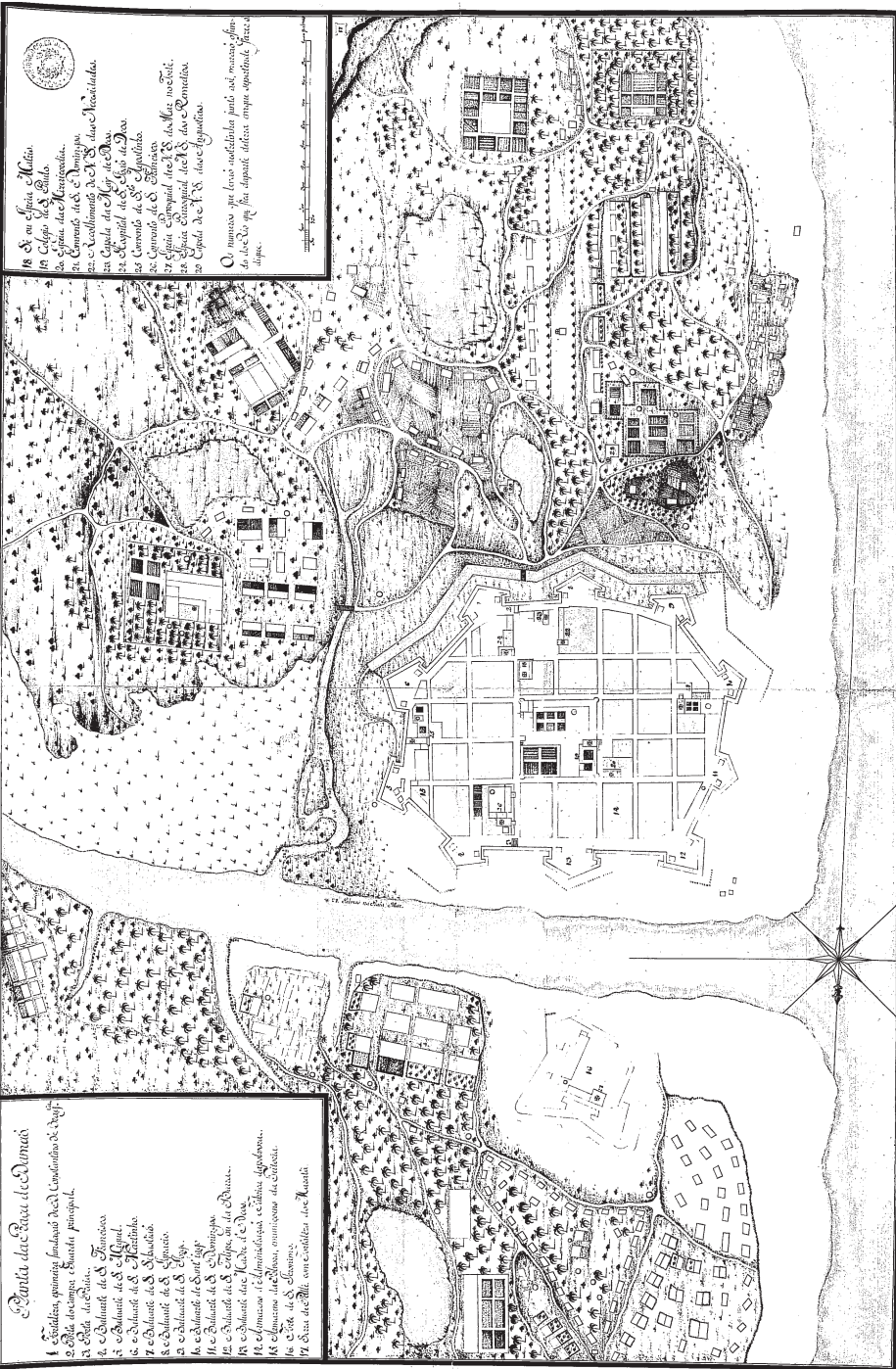
⁵⁸ In MONIZ, *Resumo da História de Damão*, 1923, p. 206, n. 1.

⁵⁹ In MONIZ, *Notícias e Documentos...*, 1900-1917, vol. iv, p. 161, n. 1.

Contudo, não temos certeza se o seu recheio se perdeu na intempérie ou se foi reutilizado por outra instituição, a documentação que poderia dar-nos essa informação perdeu-se e sem um estudo aprofundado sobre o patrocínio da capela de Nossa Senhora dos Remédios – fundada pelo capitão e governador da cidade Rui de Mello Sampayo em 1607 – nada mais podemos acrescentar que não o lançar destas pistas para pesquisas futuras.



«Carta Topographica da Praça de Damão levantada em 1842 de ordem do Illmo., e Exmo, Sr. Jose Joaquim Gomes de Lima Gor. Geral da India. Pelo 2.º Tenente d'Engenharia Francisco José d'Araujo» (pormenor)
1842-1846, Francisco José de Araújo



«Planta da Praça de Damão»

1. O edifício principal da Praça de Damão
 2. O edifício principal da Praça de Damão
 3. O edifício principal da Praça de Damão
 4. O edifício principal da Praça de Damão
 5. O edifício principal da Praça de Damão
 6. O edifício principal da Praça de Damão
 7. O edifício principal da Praça de Damão
 8. O edifício principal da Praça de Damão
 9. O edifício principal da Praça de Damão
 10. O edifício principal da Praça de Damão
 11. O edifício principal da Praça de Damão
 12. O edifício principal da Praça de Damão
 13. O edifício principal da Praça de Damão
 14. O edifício principal da Praça de Damão
 15. O edifício principal da Praça de Damão
 16. O edifício principal da Praça de Damão
 17. O edifício principal da Praça de Damão

18. O edifício principal da Praça de Damão
 19. O edifício principal da Praça de Damão
 20. O edifício principal da Praça de Damão
 21. O edifício principal da Praça de Damão
 22. O edifício principal da Praça de Damão
 23. O edifício principal da Praça de Damão
 24. O edifício principal da Praça de Damão
 25. O edifício principal da Praça de Damão
 26. O edifício principal da Praça de Damão
 27. O edifício principal da Praça de Damão
 28. O edifício principal da Praça de Damão
 29. O edifício principal da Praça de Damão
 30. O edifício principal da Praça de Damão

O nome da Praça de Damão para os seus edifícios
 da Praça de Damão para os seus edifícios
 da Praça de Damão para os seus edifícios
 da Praça de Damão para os seus edifícios

«Planta da Praça de Damão» s/d; s/a
 Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia – Damão, n.º 756

Bibliografia

- Arquivo Português Oriental*, 1936-1940, Bastorá, Tipografia Rangel, Tomo IV, vol. 2 (nova edição dirigida por A. B. Bragança Pereira).
- BOCARRO, António, 1992, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações da Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2 vols. (Estudo histórico, codicológico, paleográfico e índices de Isabel Cid).
- CARNEIRO, António de Mariz, 1990, *Descrição da Fortaleza de Sofala e das Mais da Índia*, Lisboa, Fundação Oriente (edição fac-similada do códice n.º 149 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Nota introdutória de Pedro Dias).
- CASTELO-BRANCO, Fernando, 1995, *Subsídios para a história económica de Damão no século XVIII*, in «Mare Liberum», Lisboa, CNCDP, n.º 9, Julho, pp. 95-98.
- CHOUKROUN, Sabine, 1999, *Damão: A Fortaleza e o seu Distrito*, in «Os Espaços de um Império: Estudos», Lisboa, CNCDP, pp. 124-137.
- COSTA, Constâncio Roque da, 1929, *O Distrito de Damão*, in «Boletim da Agência Geral das Colónias», Lisboa, Agência Geral das Colónias, ano 5, n.º 49, Julho, pp. 3-23.
- Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções (1625-1627)*, 2000, Lisboa, CNCDP / Centro de Estudos Damião de Góis.
- Os Espaços de um Império: Catálogo*, 1999, Lisboa, CNCDP.
- FIGUEIREDO, Pe. Nuno de, 1947, *Damão*, in «Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa», Bastorá, Tipografia Rangel, série II, ano V, n.º 9-10, Março-Abril, pp. 306-315; pp. 344-347.
- LEÃO, Mário César, 1996, *A Província do Norte do Estado da Índia*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas Partes da Índia, e das Capitánias, e mais Cargos que Nelas ha, e da Importancia Delles*, 1960, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 2.ª edição (fac-similada) (edição preparada por Francisco Paulo Mendes da Luz).
- Livro de Damão*, n.º 3 (1785-1786), Goa, Arquivo Histórico de Goa, N.º 1057.
- Livro do Norte: do tempo dos senhores Vice Reis Conde de Alvor e Conde de Vila Verde (1686-1696) (copiado em 1737)*, Goa, Arquivo Histórico de Goa, N.º 1376.
- MENDES, António Lopes, 1992, *A Índia Portuguesa: Breve descrição das Possessões Portuguezas na Ásia*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. II (edição fac-similada da edição de 1886).
- MOREIRA, Rafael, 2000, *As Misericórdias: um património artístico da humanidade*, in «500 Anos das Misericórdias Portuguesas: Solidariedade de Geração em Geração», Lisboa, Comissão para a Comemoração dos 500 Anos das Misericórdias, pp. 134-164.
- MONIZ, António Francisco, 1900-1917, *Noticias e Documentos para a História de Damão, Antiga Província do Norte*, Bastorá, Tip. «Rangel», 4 vols. (com um prólogo por J. A. Ismael Gracias).
- MONIZ, António Francisco, 1923, *Resumo da História de Damão*, in «A Índia Portuguesa», Nova Goa, Imprensa Nacional, vol. 1, pp. 183-209.
- Noticias do Arcebispado de Goa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Cód. 176.
- PATO, Raimundo António de Bulhão, 1880-1885, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 5 vols.

- PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa, 1892, *O Districto de Damão: apontamentos d'uma Administração Colonial*, Lisboa, Typographia Castro Irmão.
- Rellação do Cathalogo dos Conuentos e Hospitales que tem/ na India oriental a Relligião de São João de Deos: Quem forão seus fun/dadores, e o anno em que foy fundado cada hum dos ditos conuentos.*//, Lisboa, Biblioteca Nacional, Cód. 177.
- RIVARA, J. H. da Cunha, 1992, *Archivo Portuguez-Oriental*, Nova Deli – Madrastra, Asian Educational Services, 10 vols. (edição fac-similada da 2.^a edição, Nova Goa, Na Imprensa Nacional, 1876-1877).
- ROSSA, Walter, 1997, *Cidades Indo-Portuguesas*, Lisboa, CNCDP.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 2000, *As Misericórdias no Império Português (1500-1800)*, in «500 Anos das Misericórdias Portuguesas: Solidariedade de Geração em Geração», Lisboa, Comissão para a Comemoração dos 500 Anos das Misericórdias, pp. 100-132.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., 1994, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel.
- XAVIER, Carlos, 1987, *A cidade e o porto de Damão nos séculos XVIII e XIX*, in «Studia», Lisboa, n.º 47, pp. 287-301.